

## MEMÓRIAS INVISÍVEIS: O PROJETO DE ETNOCÍDIO DOS POVOS INDÍGENAS DO SERTÃO DA RESSACA

*Data de aceite: 02/06/2023*

### **Juliana de Oliveira Gonçalves**

Universidade Estadual do Sudoeste da  
Bahia.  
Vitória da Conquista – Bahia.  
<http://lattes.cnpq.br/3124235022131283>

### **José Alves Dias**

Universidade Estadual do Sudoeste da  
Bahia.  
Vitória da Conquista – Bahia.  
<http://lattes.cnpq.br/8925819574173012>

**RESUMO:** O presente trabalho é um recorte da pesquisa devolvida no Programa de Pós-graduação Memória: Linguagem e Sociedade, cujo objetivo principal é investigar as diferentes narrativas históricas de memórias sobre os indígenas do Sertão da Ressaca. Para tanto, tomou-se como ponto de partida, e, portanto, objeto do trabalho, um território pertencente a Zona Rural da cidade de Vitória da Conquista, atualmente reconhecido como quilombola: O Território de Batalha. Tal localidade recebeu historicamente essa denominação por ter sido o local onde as tropas de João Gonçalves da Costa guerrearam contra os indígenas que ali habitavam. Atualmente o território de Batalha está subdividido em

três comunidades: Comunidade de Batalha, Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa do Arroz. De acordo com os registros históricos os colonizadores venceram as comunidades nativas definitivamente no evento conhecido como “o Banquete da Morte”, que, supostamente pôs fim a trajetória dos indígenas do Sertão da Ressaca, abrindo caminho para ascensão do que em um futuro próximo, ficaria conhecida como cidade de Vitória da Conquista: Joia do Sertão Baiano, terceira maior potência do estado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Batalha. Indígenas Paneleiros Mongoyó. Memória. Resistência.

### **INVISIBLE MEMORIES: THE PROJECT OF ETHNOCIDE OF THE INDIGENOUS PEOPLE OF SERTÃO DA RESSACA**

**ABSTRACT:** The present work is a clipping of the research returned to the Postgraduate Program Memory: Language and Society, whose main objective is to investigate the different historical narratives of memories about the indigenous people of the Sertão da Ressaca. To this end, we took as our starting point, and therefore the object of our work, a territory belonging to the Rural Zone of the city of Vitória da Conquista,

currently recognized as quilombola: the Territory of Batalha. Historically, this place received this name because it was the site where João Gonçalves da Costa's troops fought against the indigenous people who lived there. Currently, the Batalha territory is subdivided into three communities: Batalha Community, Ribeirão dos Paneleiros, and Lagoa do Arroz. According to historical records the colonizers defeated the native communities definitively in an event known as "the Banquet of Death", which supposedly put an end to the indigenous trajectory of the Sertão da Ressaca, paving the way for the rise of what in the near future would become known as the city of Vitória da Conquista: Jewel of the Bahian Sertão, third largest power in the state.

**KEYWORDS:** Battle. Mongoyó Indians. Memory. Resistance.

## INTRODUÇÃO

Analisando a historiografia de Vitória da Conquista, especialmente no tocante a construção da memória social, percebe-se uma latente lacuna do protagonismo indígena, revelando-se, portanto, um audacioso projeto etnocêntrico que invisibiliza a presença dos indígenas ainda existentes no território. Nessa perspectiva, o presente trabalho analisa as diferentes narrativas históricas sobre os indígenas do Sertão da Ressaca, confrontando a historiografia local com as memórias dos indígenas paneleiros Mongoyó que habitam a Comunidade de Ribeirão dos Paneleiros, território de Batalha, coletadas entre os anos de 2009 e 2021, a fim de que seja possível tecer um debate sobre o motivo de prevalecer na cidade de Vitória da Conquista uma memória etnocêntrica que invisibiliza a memória dos indígenas do território, e, como essa realidade revela um projeto etnocida contra os povos originários iniciado desde o período colonial e ainda referendado pelo Estado atual.

## METODOLOGIA

O procedimento metodológico da pesquisa consiste, primeiramente, na realização de revisão bibliográfica sobre o tema a partir de leituras de livros, revistas históricas e periódicos. Nesse ponto, a obra de Aníbal Viana e Mozart Tanajura serão os arca-bouços históricos principais que subsidiarão a análise sobre a historiografia de Vitória da Conquista. Paralelamente, confrontar-se-á a bibliografia pesquisada com as narrativas dos Paneleiros Mongoyó, utilizando a história oral como técnica e discutindo a partir das teorias da memória, sobre como o embate das narrativas pesquisadas leva-nos a descortinar o projeto de etnocídio das comunidades indígenas de Vitória da Conquista.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Sertão da Ressaca era uma faixa territorial compreendida entre o Rio Pardo e o Rio de Contas. A história aponta que o colonizador João Gonçalves da Costa iniciou um audacioso projeto de colonização do território, originando, dessa forma, a cidade de Vitória da Conquista. Nessa perspectiva, ainda amparados pela historiografia local, tem-

se que quando chegou as terras do Sertão da Ressaca, Gonçalves deparou-se com três etnias indígenas, quais sejam: Pataxó, Kamakã (Mongoyó) e Guéren (Aimorés), as quais lutaram bravamente na defesa dos seus territórios, entretanto, depois de muito embate, os indígenas foram massacrados e vencidos no histórico “Banquete da Morte”, festa arquitetada supostamente com um intuito de selar um acordo de paz entre colonos e nativos diante dos frequentes conflitos que persistiam mesmo tendo sido dado por colonizado o território, mas que verdadeiramente se revelou como sendo uma perversa estratégia exterminadora que levou, de acordo com as narrativas oficiais, o fim dos indígenas do Sertão da Ressaca.

Nesse sentido, pensando na trajetória das comunidades originárias que desde o início da colonização das terras do Sertão da Ressaca povoavam a região, bem como, refletindo sobre como as versões escritas pelos principais memorialistas locais, tais como, Mozart Tanajura (1992) e Aníbal Viana (1982) são referendadas pela memória social, que nasce as aspirações desse trabalho.

O estudo das teorias da memória, aliado à exploração da história oral leva-nos a entender e talvez responder alguns dos anseios epigrafados no parágrafo anterior. O sociólogo francês Maurice Halbwachs estudou a memória enquanto fenômeno coletivo que perpassa gerações. Ele entende que a memória se vincula a “toda a vida material e moral da sociedade das quais fazemos parte” (HALBWACHS, 1952, pág. 38) e que, a partir dos marcos sociais, ou seja, de um conjunto de pessoas, grupos, lugares, datas, enfim, experiências vividas coletivamente é que ocorrem os registros de memória, que, em qualquer caso, dependem de um dos quadros mais elementares para serem transmitidos: a linguagem (MAGALHÃES, 2007).

Para o Autor, como já dito, a memória humana é um fenômeno eminentemente social que age sob uma lógica coercitiva de memórias coletivas compartilhadas por grupos sociais, mesmo quando individual, e que sempre se baliza em experiências vividas ou recebidas, herdadas para recompor ou se apropriar de um tempo passado a serviço do tempo presente. (MAGALHÃES, 2018). Jacques Le Goff, historiador francês, afirma que sempre que as sociedades são predominantemente orais, a transcrição para a memória coletiva escrita constitui a melhor oportunidade para entender a luta para dominar as recordações. (FERREIRA & AMADO, 2001, p. 86).

Nesse sentido, trazendo essa discussão para o contexto histórico sobre o processo das origens de Vitória da Conquista, visualizamos nas obras que retratam a história da região que as mesmas vão sempre no mesmo sentido, em outras palavras, finalizam o protagonismo indígena no “Banquete da Morte”. Além disso, a figura indígena é, por vezes, estereotipada, ressaltando características negativas completamente descontextualizadas, que justifica o massacre daqueles povos em função da ascensão econômica da região.

Há um acervo histórico limitado sobre os grupos étnicos que compuseram o Sertão da Ressaca, dos poucos existentes, o principal autor é o príncipe Maximiliano de Wied Neuwied, quando este passou pelo território no início do século XIX. Os relatos do príncipe

apontam como etnias predominantes os indígenas Kamakã (Mongoyó), Guéren (Aimorés ou Botocudos) e Pataxó.

Essas etnias pertenciam ao mesmo tronco: Macro-Jê<sup>1</sup>. Cada um deles tinha sua língua e seus ritos religiosos. Os Mongoyó destacavam-se por costumarem se manter em uma determinada área, enquanto os Botocudos e Pataxó tinham como característica compartilhada a exploração frequente de territórios distintos.

Sobre as características dos nativos, descreveu Wied Neuwied (2000, p. 203): “[...] Estes selvagens, não têm nenhuma aparência extraordinária, não são nem pintados nem desfigurados; alguns são baixos, a maioria é de estatura média, um tanto delgados, de caras largas e ossudas, e feições grosseiras”. Ao passo que Viana (1982) ressalta:

Desta extensa região sudoeste da Bahia onde está situado o Município de Vitória da Conquista, principalmente, eram os donos os índios Mongoiós, ou Monochós também conhecidos por Camacans; os Pataxós e Amborés ou Imborés que eram descendentes dos Tupinambás. Habitavam da Serra dos Aymorés, limites do Estado do Espírito Santo, ao Rio de Contas, abrangendo as matas do município de Poçoões (naquele tempo). (VIANA, 1982, p. 7)

A bibliografia aponta para a existência de três etnias arroladas pós-colonização, e em um cenário catastrófico. Os indígenas ainda lutavam contra o progresso civilizatório que avançava drasticamente. O que era mata virgem, provedora de abrigo e comida, passou a se transformar em fazendas propícias à pecuária e à agricultura.

Os nativos eram, na sua maioria coletores, todavia, a derrubada das matas em uma velocidade desenfreada resultou na redução dos meios de sobrevivência, em contrapartida, todas as etnias eram guerreiras por excelência, algumas mais sociáveis do que outras, contudo, se tratando da defesa do seu território eram imbatíveis e, por isso, não foram apenas vítimas desse processo, foram sujeitos protagonistas que atuaram ativamente na defesa dos seus lares. De acordo com Viana (1989):

Entre as tribos que habitavam outrora o território de Conquista, houve duas que chamam particularmente atenção – a dos Amborés ou Imborés nesta zona até a de Poçoões. Eram quase pretos, altos e muito ferozes e a outra, de índios eram claros de cor, quase alourada – os Mongoiós, também conhecidos por Camacans descendentes dos Tupinambás e que ocupavam anteriormente o território de Ilhéus até o Rio Pardo e posteriormente o território de Conquista onde tinha aldeias, uma das quais, era situada no local em que foi construído o <<Jardim das Borboletas>> até que foram batidos pelos conquistadores Mestre-de-Campo João da Silva Guimarães, pela segunda vez em 1752, e depois, com o seu genro Capitão-Mor João Gonçalves da Costa em 1782 [...]. (VIANA, 1989, p. 8)

Percebe-se que na descrição dos indígenas locais a narrativa sempre vai se iniciar ressaltando a “animalidade”, “selvageria”, “antropofagismo” e “falta de humanidade”

---

<sup>1</sup> Macro-Jê é um tronco linguístico formado por várias línguas indígenas brasileiras. Estas línguas são faladas por povos indígenas que habitam, principalmente, regiões do interior dos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pará, Tocantins, Pernambuco e Espírito Santo. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/>.

daqueles povos, descuidando, porém, do contexto histórico e peculiaridades deles.

Ainda mergulhados na obra de Viana (1989), identificamos outra descrição pejorativa sobre os povos originários. Segundo ele:

Os índios Mongoiós ou Camacans eram, como nos dão notícias os historiadores, domesticáveis após capturados, tornando-se mansos. Odiavam os Pataxó que eram brutas feras humanas que os impediam de atravessar o pequeno Rio Duas Barras, (entre Catolé Grande e a Fazenda Onça, estrada pedestre de Itambé para Itabuna). Viviam em lutas constantes com os Pataxós atacavam as suas aldeias (dos Mongoiós) queimavam-lhes as crianças vivas segurando-as pelos pés, enquanto outros, assistiam alegres e em gargalhadas a triste cena, deliciando-se com o cheiro da gordura que caía no braseiro; batiam com as cabecinhas dos meninos depois de assados pelos paus, até soltaremos miolos. Os Botocudos também faziam prisioneiros os seus irmãos da selva com quem lutavam e se vencessem, acabavam, as vezes, com a tribo vencida. (VIANA, 1989, p. 7-8)

O autor não registra no texto qual a fonte do relato destacado ou se ele é de sua autoria, de todo modo, persiste a mesma discussão: a depreciação da figura indígena. Ressaltar a risada e a alegria dos nativos ao sacrificar uma criança, tende a levar o leitor além de abominar os povos originários, crer que aqueles não eram humanos por serem desprovidos de qualquer sentimento de compaixão ou racionalidade.

O objeto desse trabalho, isto é, o Território de Batalha, carrega consigo nas memórias dos seus filhos a identidade e resistência de um povo que viu os seus ancestrais serem massacrados na luta contra a invasão dos seus territórios e, como consequência, foram submetidos a um cruel processo civilizatório que tem contribuído gradativamente com a perda da identidade cultural daquele povo como relata os próprios indígenas da região:

O Sr. Jesulino relata que:

A Batalha já foi um fazendão muito grande. Essa terra começava lá no Poço Escuro. Pé da Serra, Ricoluta, Morro Verde, Serra Grande, Mandacaru e seguia para Laje do Gavião. As escrituras dessa divisa aqui ó: Poço Escuro, Pé da Serra, Ricoluta, Morro Verde, Mandacaru, está tudo em Caetitê. É aquelas das antiga, daquele tempo. [...]. (OLIVEIRA. J. R., 2009)

A Sra. Maria Rodrigues é categórica ao afirmar: “A Batalha se chama Batalha porque foi lá que os portugueses venceram os índios, eles perseguiram os índios até conseguiram vencer eles lá”. (OLIVEIRA. M. R., 2021). O Sr. Adelino corrobora com a narrativa:

[...] Eu nasci e criei no Ribeirão, nós tudo é descendente dos índios. Ali se chama Batalha dos índios, o ovo velho dali era Tio Artur, Tio Fulosino, Tio Valentino moravam ali onde foi de Dunolasco, ali era dele, até onde saía no Caboclo. Ali era uma aldeia de índio, meus parentes velhos antigos eram dali mesmo. A finada Mirquilina foi pegada ali, ela era a mãe da minha vó, ela foi pegada na Batalha, eles pegaram ela com aproximadamente 10 anos, foram mais de 10 homens para segurar. Aí para ela acostumar, o finado Capitão João Antônio levou ela para Salvador, nesse tempo não chamava de Salvador, o povo chamava de Bahia, levou ela para lá para ensinar ela a comer sal, porque ela não sabia comer sal, até domesticou ela, aí depois trouxe pra cá,

foi quando ela casou com meu avô, o pai de Tio Pedro, seu bisavô, ele era índio também. O Capitão João Antônio foi quem criou a mãe de compadre Vadim, depois ela casou com Afonso. Ali tudo é descendente de índio, não tem para onde correr [...]. (OLIVEIRA, A. M., 2021)

A narrativa do Sr. Adelino nos remete a invasão colonial que ocorreu na região, sendo seus habitantes, especialmente os do sexo feminino, capturadas, estupradas e violentadas. O emprego da violência contra as mulheres indígenas para possibilitar a domesticação foi uma perversa técnica implantada pelos colonizadores do território que, objetivando transformar o indígena em um servil, retirava-os do seu lar natural, levava para terras longínquas e os domesticam. Dos relatos obtidos através dos moradores locais, todos, sem exceção, narram tal prática violenta cometida contra seus ancestrais. Nesse ponto, relata o Sr. Jesulino, conhecido por S. Jês, (*in memoriam*):

[...] no tempo dos antigos índios [...] um povo que estavam caçando aí na Batalha roubou uma índia, pequena ainda [...] a índia era tão bonita, mais tão bonita que eles não tiveram coragem de matar ela não. Então deixaram a bichinha amarrada e foi buscar não sei o que para levar ela. Só que ficou um deles com ela. Mas ele ficou olhando demais para a índia, e ela era bonita demais. Daí ele ficou querendo mexer com ela. Tentou beijar ela [...]. Ela deu uma mordida nele que arrancou o queixo fora. Daí ele ficou com tanta raiva que quando o povo chegou que viu só os dentes dele do lado de fora, mataram a indiazinha [...] tadinha [...] quem mandou eles ir bulir com ela [...] a bichinha não tinha culpa de nada. Aliás, os coitados dos índios não tinham culpa de nada e eles mataram os bichinhos tudo. Está certo que tinha uns índios brabos, mas isso daqui tudo era deles desde o princípio do mundo [...] então veio um capitão não sei como que era. E matou eles tudo [...]. Outra vez, um povo também apanhou umas índias aí e levou para algum canto, onde esse povo dos capitães moravam. Mas essas índias não viveram com eles não. Morreu tudo que eles deram sal para elas comer. Aí os índios não comem sal. Para eles, sal fazia mal. Então as índias morreram. [...]. (OLIVEIRA, J. R., 2009)

Dos relatos, percebe-se que a captura de indígenas, era uma prática costumeira, especialmente o de crianças. Além disso, a inserção do sal na dieta dos nativos é destacada pelos entrevistados como extremamente danosa para saúde daqueles, o que levou a morte de muitos. Mesmo assim, perdurou por muito tempo a técnica letífera, até que inserido e normalizado nas comunidades originárias.

Paraíso (2006) salienta que essa era uma prática costumeira, que se camuflava como pedagógica, a fim de promover a socialização dos indígenas, para que, posteriormente, se tornassem servos úteis e obedientes, uma vez que seria mais viável empregar tais técnicas quando ainda jovens, haja vista que os adultos eram mais resistentes à incorporação dos hábitos entendidos como civilizados. Inclusive, no Sertão da Ressaca encontramos relatos sobre a captura de crianças nos registros oficiais, a exemplo dos documentos do Conde da Ponte quando discorre sobre a colonização do Rio Pardo, em que relata a morte de crianças da etnia Ymboré (Botocudos) encaminhadas por João Gonçalves da Costa, devido à mudança alimentar. (PARAÍSO, 2006, p. 43)

Sobre o aprisionamento de indígenas, a literatura local é bastante limitada nesse ponto, mesmo assim, alguns relatos descrevem a violência, a captura e os abusos cometidos contra indígenas da região e nos possibilita ratificar as declarações dos moradores locais. Nos Anais da Biblioteca Nacional encontramos a narrativa de eventos conflituosos entre indígenas e colonos que, no final, resultaram no aprisionamento de mulheres e crianças:

[...] postos por detrás dos paus se defendiam de alguns tiros [...] eles com as mulheres a seus lados, e carregada de flechas, iam distribuindo-as aos homens, para que com maior presteza fizessem seus tiros. [...] com grande multidão de flechas ficaram 3 soldados feridos; o que visto pelo intrépido capitão Raymundo, puxando a espada, mas os bárbaros não esperarão, antes abandonando seus ranchos se puseram em fuga [ilegível] Sargento mór, e alguns soldados de igual valor, tratando de amarrar os pequenos, que apanharão 8, [ilegível] uma mulher de meia idade com cria no peito; [ilegível] ficarão no campo mortos 21. (Anais da Biblioteca Nacional - RJ, 1915, p. 456)

Viana (1982) destaca evento similar aos narrados pelo S. Adelino e pelo Sr. Jesulino:

[...] Certa vez, na luta com os Pataxós, Seu Bitonho aprisionou alguns deles e botou a mão em uma **indiazinha**, completamente nua, muito bonitinha, de uns 14 anos, muito brava e tentou beijá-la, recebendo desta uma forte dentada no nariz, ocasionando-lhe perda de sangue. Irritado, no momento de **irreflexão**, sacou do afiado facão que portava e usava nas lutas com os índios e varou o abdômen da indiazinha de um lado para o outro! [...]. (VIANA, 1982, p. 9). (Grifo nosso)

Não podemos afirmar que os acontecimentos descritos pelos moradores de Batalha e o contado por Viana (1982) são os mesmos ou fazem parte do mesmo intervalo de tempo, todavia, fato é que tais eventos eram corriqueiros e faziam parte da realidade daquele período. O episódio exposto pelo autor narra, em verdade, uma tentativa cruel de abuso sexual praticado pelo Coronel Antônio De Andrade Coimbra, conhecido por S. Bitonho, contra uma nativa da etnia Pataxó. O Coronel residia no Arraial do Cachimbo, onde era comerciante reconhecido, obtendo grande influência social e política. De acordo com Viana (1982), no início do Século XIX o Coronel Bitonho ganhou grande destaque por desempenhar o mesmo papel dos bandeirantes, isto é, promover a expansão do território reduzindo as áreas de mata nativa e guerreando contra os indígenas. (VIANA, 1982).

Da análise dos confrontos historiográficos, vê-se que as narrativas historiográficas da cidade contribuem para o enaltecimento de uma memória etnocêntrica, os trechos até aqui colacionados demonstram a metodologia da maioria dos autores que, ao tratarem da história de Vitória da Conquista, selecionam fatos e decidem o que deve ou não ser lembrado pela história. As narrativas dos indígenas de Ribeirão dos Paneleiros demonstram que, desde o período colonial seus ancestrais foram espoliados das suas próprias terras, sem falar na sua cultura e identidade, mesmo assim, há-se um esforço demasiado em explicar a violenta técnica empregada contra os nativos para justificar a ascensão dos locais conquistados, entre eles, Vitória da Conquista.

As memórias dos habitantes de Batalha quando questionados sobre sua ancestralidade, partem sempre do mesmo ponto: seus ancestrais foram capturados nas matas e domesticados, como afirmou Maria Elza (2021) “A tataravó de mãe foi pega de cachorro, pegaram ela e fizeram de escrava” e S. Adelino (2021) “A finada Mirquilina foi pega ali, ela era a mãe da minha vó, ela foi pega na Batalha, eles pegaram ela com aproximadamente 10 anos, foram mais de 10 homens para segurar”.

Depois da captura e domesticação dos indígenas de Batalha, há uma relevante mudança socioespacial no território, o que interferiu no modo de vida, cultura e limites geográficos da comunidade. A Sra. Alice destaca algumas características da localidade antes da chegada dos fazendeiros:

[...] Lá na Batalha era mato fechado e o povo dizia que lá tinha índio, até casa de índio o povo já achou lá, lá para o lado da Santa Inês.

Nós morávamos lá naquela terra que hoje é de Jessé, todo mundo tinha um pedacinho de terra, lá era tudo mato, só tinha os camizinhos para ir para casa de um, ir para casa de outro, não tinha estrada não, não tinha plantio de capim, não tinha nada disso. As cercas só existiam para quem fazia roça, só para os bichos não comer [...]. (OLIVEIRA, A.R., 2021)

#### E completa o Sr. Jesulino:

[...] Antigamente era muito diferente [...] os animais, criavam solto. Cada um sabia qual era sua criação. Criava carneiro, cabra, porco, aí tudo solto. Fazia as rocinhas cercadinhas assim, tudo, para bicho não entrar. Nada passava. Nós mesmo, tinha um rebanho de carneiro e cabra, os vizinhos tudo tinham, criava tudo junto. Mas só que antigamente era muita terra. Isso tudo era a Batalha. A Batalha já foi um fazendão muito grande. Essa terra começava lá no Poço Escuro. Lá da Serra, Recluta, Morro Verde, Serra Grande, Mandacaru e seguia para Laje do Gavião. As escrituras dessa divisa aqui ó: Poço Escuro, Pé da Serra, Recluta, Morro Verde, Mandacaru, tá tudo em Caetité. É aquelas das antiga, daquele tempo. [...]. (OLIVEIRA, J. R., 2009)

Dos relatos coletados, constata-se que não há uma linha cronológica que possa nos subsidiar para traçar uma data específica do surgimento de Batalha e o seu consequente desenvolvimento, mesmo porque seria injusto delinear uma corrente temporal para justificar o que sempre existiu, só não conseguiu enquadramento dentro da historiografia local, isto é, não se pode definir uma “origem” do território de Batalha, pois, em verdade, aquelas terras ali sempre estiveram e sempre foi a residência de alguém. A origem que tenta catalogar a história trata-se de mais um artifício colonial para minar as raízes daquele povo, que, infelizmente, não dispuseram da oportunidade de continuar identificando seu território pelo nome que se tinha antes de ser usurpado e batizado como Batalha.

Batalha, portanto, é assim identificada pela história local por aparentemente ter sido o palco da luta pela disputa de território entre colonos e nativos, entretanto, jamais foi questionado como os filhos primeiros daquela terra identificavam sua terra, e se foi, isso nunca foi registrado.



Antes mesmo da invasão colonial, Batalha já era o lar de um povo, e esses viram suas casas atacadas, seus filhos mortos, suas mulheres violentadas, e o que sobrou foi escravizado, sendo incluído em um perverso processo de civilização que em nenhum momento cogitaram participar, ainda assim, para os nativos da região não restou outra alternativa senão se renderem aos anseios portugueses, o que ocasionou na configuração de um novo território, tanto em aspectos geográficos quanto culturais e socioeconômicos.

Com o decorrer do tempo e a expansão da cidade, as terras nativas foram gradualmente sendo invadidas por fazendeiros agropecuários e os descendentes indígenas tiveram suas terras espoliadas reduzidas ao ponto de serem escassos ou inexistentes os espaço para cultivar seus rituais sagrados nas matas, bem como, seus hábitos de caçar, pescar, ou mesmo confeccionar seu artesanato de panelas de barro, pois as matérias-primas essenciais, como o barro, a lenha e água, encontram-se em terras particulares. Importante destacar que em Ribeirão dos Paneleiros está um dos grupos do território de Batalha que encontrou na confecção das panelas de barro, aprendida com seus ancestrais, a fonte para sua sobrevivência, sendo essa a principal atividade produtiva, o que fez, inclusive, o grupo ser identificado como “paneleiros” na região conquistense.

Não obstante, toda a trajetória desses povos, percebemos na historiografia oficial que a Batalha é lembrada pelos memorialistas locais somente para referenciar a “brilhante” trajetória de João Gonçalves da Costa quando guerreou contra os nativos da região, mas nunca afirmam explicitamente que há indícios de resistência naquele lugar. É da análise desses dados que constatamos o projeto etnocida se iniciou desde a decisão do colonizador João Gonçalves de constituir residência e patrimônio nas terras do Sertão da Ressaca.

Entendemos como projeto etnocida o processo de devastação dos corpos, da cultura, da religião e das etnias habitantes do território conquistense: os Pataxó, Kamakã (Mongoyó) e Guéren (Aimorés). Tal projeto foi executado através das políticas indigenistas perpetradas desde o Século XIX, cujo objetivo, amparados nos estudos de Manuela Craveiro Cunha (1992), foi inserir os indígenas a sociedade, tomando-os civis comuns, e, por consequência, eximindo o Estado de arcar com qualquer política em prol daqueles povos.

Os estudos de Aróstegui (2004) demonstram que a memória não se restringe à capacidade de lembrar, de trazer o passado ao presente, por vezes, ela atua também exercendo o papel inverso, isto é, esquecimento, pois a memória também possui sua função seletiva, isto porque o passado quando recuperado através da memória dos grupos ou de uma coletividade que tem interesse sobre determinado evento (passado), acaba sendo selecionado e interpretado segundo as sensibilidades culturais, as interrogações éticas e as conveniências políticas do presente.

Nesse caminho, encontramos nas memórias e na oralidade dos indígenas de Batalha subsídios para discutirmos os dados que alicerçam a memória coletiva de Vitória da Conquista. Analisando as informações, chamou-nos atenção os poucos estudos sobre

a trajetória dos indígenas da cidade, demonstrando tratar-se de uma pauta sensível e de pouco interesse social, por isso a importância de buscamos fomentar discussões relacionadas ao assunto, como por exemplo, as relações entre a escrita e a oralidade; memória e história ou tradição oral e histórica, dando, por consequência, a oportunidade das comunidades nativas serem ouvidas, utilizando suas memórias como fonte da história, que, por ventura, poderá ser utilizada futuramente pelos estudiosos interessados.

Do confronto das fontes pesquisadas, de logo podemos identificar que as políticas de silenciamento direcionadas aos habitantes do território de Batalha contribuíram para a formação de uma memória social conquistense que desconhece e deslegitima a trajetória dos povos originários da região. Em contrapartida, as evocações de lembranças condicionadas ao contexto social que os mesmos estão inseridos, permitem a transmissão de geração para geração das memórias resguardada pelo território, insistindo em manter a memória social da região ainda que as condições socioeconômicas se precarizem constantemente.

## CONCLUSÃO

Podemos apontar que a região conquistense guarda consigo uma memória social que não assegura aos indígenas nenhum espaço, não obstante tenha sido esses os seus primeiros habitantes, legítimos donos das terras do território. De outra banda, a historiografia local que teve como principais autores Mozart Tanajura e Aníbal Viana é referendada pela memória social local como sendo a legítima sobre a história de Vitória da Conquista, sem considerar o processo de etnocídio a que foram submetidos os indígenas, não lhe sendo permitido contrapor as determinações governamentais.

A limitação bibliográfica em encontrar documentos públicos que versam sobre o tema demonstra o quão foi bem arquitetado o plano que não só determinou o extermínio em massa das populações nativas, mas o seu desaparecimento da memória da atual sociedade. O etnólogo alemão Curt Unckel, popularmente conhecido por Curt Nimuendajú, elaborou o mais completo mapa Etno-histórico, considerado um marco dos estudos sobre as línguas e culturas indígenas existentes no Brasil e regiões adjacentes, atualmente a cartografia possui três versões datadas de 1981, 1987 e 2022 (IBGE, 1981). Nos períodos entre 1938 a 1939 Nimuendajú catalogou as etnias existentes na faixa territorial que compreendia Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, naqueles estudos ele apontou as etnias Patachó, Kamakâ, Machakarí e Botocudos como predominantes e indicou a situação precária de vida dos poucos que tiveram a oportunidade de contatar, todavia, os estudos do etnólogo não foram considerados por nenhum dos memorialistas que se encarregaram de reconstruir a história da cidade, quais sejam: Tranquilo Torres, Aníbal Viana e Mozart Tanajura. O que se vislumbra é a propagação das conveniências de uma classe dominante que se encarregou por decidir o que seria ou não historicizado e quem se encarregaria dessa função.

Então, a história vai se iniciar com a chegada das tropas de João Guimarães, seguido

da fatídica guerra entre os colonos e os nativos que habitavam o território e, logo após, o massacre dos indígenas no Banquete da Morte em razão das supostas emboscadas realizadas contra os brancos quando já tido por colonizado as terras do Sertão da Ressaca.

As descrições pejorativas e revestidas de cunho ideológico sobre os indígenas comprovam como foi construído a história oficial, buscando a todo momento justificar as diversas atrocidades cometidas contra as etnias originárias: violências físicas e sexual, escravidão, catequização foram apenas algumas delas. Os indígenas foram tratados como animais desprovidos de qualquer entendimento e razão, por tal motivo, era comum fazer uso de cães na captura deles e quando logrado êxito, domesticá-lo, assim como se faziam com papagaios e micos.

Para conseguir obter sucesso na empreitada de reconstruir de maneira heroica o passado local, o primeiro elemento verificado é a construção da Catedral Nossa Senhora das Vitórias em homenagem àquela que confirmava a suposta proteção divina de Deus que marchava ao lado das tropas colonizadoras. Por outro lado, os conquistados não tinham o amparo sagrado, e foi por isso que perderam o combate.

Mas não é só na descrição dos nativos que se constata a propagação de vertentes ideológicas, é também na maneira como os fatos foram propositadamente selecionados para registro, seguindo praticamente a mesma metodologia, isto é, baseado tão somente em relatos que se ouvira, sem, contudo, colher o testemunho do autor original, ou consultar documentos que apresentavam diferentes vertentes, tais como os estudos de Curt Nimuendajú ou testemunhos dos que foram pelos próprios memorialistas referenciados.

Portanto, o aprofundamento de debates sobre a memória silenciada dos povos nativos de Vitória da Conquista, mostra-se como instrumento potencializador na luta dos povos indígenas para o reconhecimento e a garantia dos seus direitos.

## REFERÊNCIAS

**AMR - OLIVEIRA, Bruno** Bacelar. Batalha. Jornal Hoje. 05 de Abril de 1995.p 3. Anais da Biblioteca Nacional, vol. 37. 1915, p. 456.

**ARÓSTEGUI, Julio**. Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea, nº 3. Retos de la memoria y trabajos de la historia, 2004.

**CARNEIRO DA CUNHA, Manuela**. Legislação Indigenista no século XIX. Edusp, Comissão Pró-Índio de São Paulo, São Paulo, 1992.

**FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina** (Org.). Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

**HALBWACHS, Maurício**. *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. Paris: Les Presses universitaires de France, edição Nouvelle, 1952.

**MAGALHÃES, Livia Diana Rocha**. Educação, História e Memória: uma aproximação do estudo geracional. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 28, jun./jul. 2007.

**MAGALHÃES, Livia Diana R. e Lia Tiriba**, (org). *Experiência: o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação. Navegando*. Uberlândia/Minas Gerais. 2018.

**NIMUENDAJÚ, Curt**. *Mapa Etno-histórico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

**TANAJURA, Mozart**. *História de Conquista: Crônica de uma cidade. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas*, 1992.

**VIANA, Aníbal Lopes**. *Revista Histórica de Conquista. Vol I e II*.

## **FONTES ORAIS**

**GONÇALVES, Maria das Graças Gonçalves de**. Entrevista concedida à Juliana de Oliveira Gonçalves na Comunidade Ribeirão dos Paneleiros. 14. Dez. 2021. 61 min.

**GONÇALVES, Maria Elza de Oliveira**. Entrevista concedida à Juliana de Oliveira Gonçalves na Comunidade Ribeirão dos Paneleiros. 03. Jan. 2022. 38 min.

**JESUS, Aurisa Rosa de**. Entrevista concedida à Juliana de Oliveira Gonçalves na Comunidade Ribeirão dos Paneleiros. 27. Dez. 2021. 26.58 min.

**OLIVEIRA, Adelino Moraes de**. Entrevista concedida à Juliana de Oliveira Gonçalves na Comunidade Ribeirão dos Paneleiros. 08. Dez. 2021. 110 min.

**OLIVEIRA, Alice Rodrigues de**. Entrevista concedida à Juliana de Oliveira Gonçalves na Comunidade Ribeirão dos Paneleiros. 06. Jan. 2022. 35 min.